Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística

GABINETE DA SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO SEMIL-107, DE 20 12-2023

Altera a Resolução SIMA nº 119, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre as designações dos membros do Conselho de Orientação do Parque Antonio Arnaldo Queiroz e Silva - Núcleo de Lazer Vila Jacuí para o biênio de 2023/2025.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Artigo 1º - A Resolução SIMA nº 119, de 23 de dezembro de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Artigo 1º -

II - Da sociedade civil, eleitas pelas entidades cadastradas: Antonio Euclides de Moura, portador do RG nº 22.721.669-6, da Associação de Moradores de Vila Reis, Jardim Planalto e Região; Hermes Magalhães Moraes, portador do RG nº 24.332.995-7, do Instituto Nova União da Arte; Maria do Socorro da Silva de Moraes, portadora do RG nº 25.707.715-7, da Sociedade de Amigos de Vila Id. Maia e Vilas Adjacentes; e Valdimark Alves de Carvalho, portador do RG nº 32.565.263-6, da Sociedade Amigos Jardim Lapenna, como titulares." (NR)

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SEI 020.00003391/2023-44)

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Departamento de Gestão Regional Centro Técnico Regional I - Campinas

O Centro Técnico Regional I de Campinas, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, localizada na Av. Brasil, nº 2340-Prédio Central-2º andar-Jd. Chapadão-Campinas/SP, Tel: (19) 3790-3742, faz publicar notificações sobre diversos assuntos devido a impossibilidade das mesmas serem enviadas pelo Correio. Para qualquer outro esclarecimento, solicitar em nosso endereço eletrônico (e-mail): cfb.campinas@sp.gov.br

Auto de Infração Ambiental: 20190508005660-8
Proc. Digital: SMA.013096/2019-02
Autuado: OSVALDO PEREIRA DE PAULA
CPF/CNPJ: 119.048.788-81
RG: 37609232

Município da infração: SAO JOAO DA BOA VISTA

Notificação: Informamos que foi realizada análise da documentação constante nos processos em questão, tendo sido constatado que, tratando-se de um único imóvel, objeto da matrícula nº 71277 do CRI de São João da Boa Vista, todos os co-proprietários de frações ideais são co-responsáveis pelo dano ambiental ocorrido. Ressalta-se que não foi apresentada nenhuma documentação que comprove quem é o proprietário de cada um dos lotes, sendo que na matrícula todos detêm uma fração ideal do imóvel. Diante do exposto, solicitamos seu comparecimento ao Centro Técnico Regional de Campinas em até 30 (trinta) dias, a partir da data de recebimento desta notificação, mediante agendamento prévio, para firmar Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental visando a reparação do dano. Caso o autuado não adote as medidas indicadas, o referente processo será encaminhado à Procuradoria Geral do Estado para a adoção das medidas judiciais cabíveis para fazer cumprir com a reparação do dano.

Auto de Infração Ambiental: 20201010009158-1

Proc. Digital: SIMA.042933/2020-24

Autuado: PATRICI AGENCIANO DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 560.668.898-00

RG: 65246283

Município da infração: NAO INFORMADO

Notificação: Comunicase que a penalidade de multa aplicada no Auto de Infração Ambiental em questão foi mantida, diante da não apresentação de defesa administrativa. O valor consolidado da multa é de R\$800,00 (oitocentos reais), cuja cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 25, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso o débito não seja quitado, este será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20190508005660-6

Proc. Digital: SMA.013095/2019-41

Autuado: DIONISIO MARTINS FRANCA

CPF/CNPJ: 024.837.678-00

RG: 21846998

Município da infração: SAO JOAO DA BOA VISTA

Notificação: Informamos que a defesa interposta contra a decisão do Atendimento Ambiental foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Diante disto, ficam mantidas as decisões constantes da Ata da Sessão do Atendimento Ambiental, perfazendo o valor consolidado da multa em R\$2.099,70 (dois mil e noventa e nove reais e setenta centavos). Cujas cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 63, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Para tanto é necessário o seu comparecimento neste Centro Técnico Regional de Campinas, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta notificação, sendo necessário agendamento prévio, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, bem como retirar a guia de recolhimento para pagamento da multa. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação e poderá ser protocolado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/>, ou em qualquer Unidade da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas do processo digital junto a este órgão, acessando <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20190508005660-10

Proc. Digital: SMA.013097/2019-63

Autuado: WILIAN DE FREITAS

CPF/CNPJ: 352.687.428-09

RG: 45192407

Município da infração: SAO JOAO DA BOA VISTA

Notificação: Informamos que a defesa interposta contra a decisão do Atendimento Ambiental foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Diante disto, ficam mantidas as decisões constantes da Ata da Sessão do Atendimento Ambiental, perfazendo o valor consolidado da multa em R\$1.829,70 (um mil, oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos). Cujas cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 63, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Para tanto é necessário o seu comparecimento neste Centro Técnico Regional de Campinas, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta notificação, sendo necessário agendamento prévio, para a adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental, bem como retirar a guia de recolhimento para pagamento da multa. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação e poderá ser protocolado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/>, ou em qualquer Unidade da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas do processo digital junto a este órgão, acessando <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20191106008177-1

Proc. Digital: SIMA.023629/2019-13

Autuado: PAULO ROBERTO BAPTISTELLA

CPF/CNPJ: 016.298.178-30

RG: 13097280

Município da infração: SAO JOSE DO RIO PARDO

Notificação: Informamos que a defesa interposta contra a decisão do Atendimento Ambiental foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Para tanto é necessário o seu comparecimento à Unidade da CFB, no endereço abaixo indicado, mediante agendamento prévio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento desta notificação, com o intuito da adoção de medidas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação e poderá ser protocolado em qualquer Unidade da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo ou nas Unidades da CFB. Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, a sanção Advertência será convertida em Multa Simples, conforme estabelece o artigo 9º da Resolução SMA 48/2014. Esclarecemos que a motivação da presente decisão se encontra nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, acessando o processo digital em <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20210610004729-1

Proc. Digital: SIMA.025653/2021-91

Autuado: BRUNO VIEIRA DE LIMA

CPF/CNPJ: 058.137.874-10

RG: 57907282

Município da infração: NAO INFORMADO

Notificação: Comunica-se que diante da ausência de manifestação no prazo estabelecido, o valor da multa é de R\$283,50 (duzentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos). Cujas cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 24, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida que permanecem vigentes. Fica, portanto, o(a) autuado(a) ciente da obrigação de agendar atendimento junto à Unidade da CFB, por telefone ou pelo e-mail abaixo indicados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento desta notificação, para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de recurso. Caso não haja o pagamento da multa o débito será incluído no sistema da dívida ativa para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Ademais caso não seja comprovada a reparação do dano, haverá o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20210313014717-1

Proc. Digital: SIMA.010847/2021-68

Autuado: ANTONIO GERSON BENATTI

CPF/CNPJ: 079.653.868-95

RG: 11988921

Município da infração: NAO INFORMADO

Notificação: Comunicase que será realizada, no dia 06/02/2024, às 15hs, na sede do Pelotão da Polícia Militar Ambiental de São João da Boa Vista, sito a rua Dolorata Coloso Cirto, nº 350, Jardim do Trevo, São João da Boa Vista-SP, nova sessão de atendimento ambiental referente ao Auto de Infração supracitado. Orientase contatar a unidade da Polícia Militar Ambiental, indicado no Auto de infração, para confirmar a data, local e formas disponíveis (presencial ou à distância) para realização da sessão de atendimento. O Atendimento Ambiental, de acordo com o Decreto Estadual 64456/2019, é a fase do procedimento administrativo destinada à resolução consensual das pendências ambientais do autuado. Nesta sessão o Auto de Infração é analisado e, em sendo validado, são considerado os atenuantes e agravantes previstos podendo as penalidades aplicadas serem anuladas, reduzidas, majoradas ou alteradas. Para tanto é importante a apresentação de documentos: CPF e RG ou cartão do CNPJ do(a) autuado(a). Em caso de representante, além dos documentos originais do(a) autuado(a), apresentar procuração devidamente assinada, comprovante de residência, documentos que comprovem a propriedade, posse da área autuada ou do bem, quando couber, comprovante de rendimentos (carteira de trabalho, holerite, declaração de Imposto de Renda, comprovante de benefício de programas sociais), fotos, plantas e croquis. Caso não haja interesse em comparecer a sessão de atendimento ambiental solicite que seja informado em até 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento desta notificação, a uni-

dade da Polícia Militar Ambiental indicada no Auto de Infração. Nesse caso, será lavrada Ata de não comparecimento à sessão de atendimento e aberto prazo para interposição de defesa. É possível efetuar vistas do processo, realizando cadastro de usuário pelo sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20180621005524-7

Proc. Digital: SMA.014640/2018-43

Autuado: JOZINEIA CUSTODIO DA SILVA

CPF/CNPJ: 0

RG: 56981005

Município da infração: AMERICANA

Notificação: Informamos que a defesa interposta contra a decisão do Atendimento Ambiental foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Diante disto, ficam mantidas as decisões constantes da Ata da Sessão do Atendimento Ambiental, perfazendo o valor consolidado da multa em R\$64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). Cujas cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 37, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Para tanto é necessário o seu comparecimento à Unidade da CFA, no endereço abaixo indicado, mediante agendamento prévio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento desta notificação, com o intuito da adoção de medidas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação e poderá ser protocolado em qualquer Unidade da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo ou nas Unidades da CFA. Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, o débito será inserido no Sistema da Dívida Ativa e serão adotados os procedimentos administrativos necessários ao ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98.

Auto de Infração Ambiental: 20180807010701-1

Proc. Digital: SMA.018072/2018-75

Autuado: JOSE LUIS BLUMER

CPF/CNPJ: 107.790.398-74

RG: 12382178

Município da infração: AMPARO

Notificação: Informamos que o Auto de Infração Ambiental acima referido encontra-se revestido de todas as formalidades legais que lhe outorgam a qualidade de ato administrativo válido, com presunção de legitimidade. Considerando que não houve o comparecimento à sessão de conciliação e, não consta o pagamento da multa no prazo estipulado, sequer a apresentação da defesa administrativa pertinente no prazo de 20 dias, a contar da data de publicação da ata de Atendimento Ambiental junto a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, deverá ser efetuado o pagamento do valor de R\$405,00 (Quatrocentos e Cinco Reais) cuja cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 18, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Ressaltamos, no entanto, que o simples recolhimento desta não exime o autor da infração da obrigação de reparar o dano ambiental causado, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81 e também da responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Fica, portanto, Vossa Senhoria notificado agendar um atendimento nesta Unidade da CFB pelo telefone (19) 37903740, em um prazo de 60 dias a contar da data do recebimento desta notificação para a adoção de medidas visando à recuperação da área e/ou regularização da atividade. Na esfera administrativa não é mais possível a interposição de defesa, razão pela qual, caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada, o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, assim como o ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental em questão.

Auto de Infração Ambiental: 20180621005524-3

Proc. Digital: SMA.013371/2018-25

Autuado: JOAO MANOEL DA SILVA

CPF/CNPJ: 554.473.846-72

RG: 33019029

Município da infração: AMERICANA

Notificação: Informamos que a defesa interposta contra a decisão do Atendimento Ambiental foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Diante disto, ficam mantidas as decisões constantes da Ata da Sessão do Atendimento Ambiental, perfazendo o valor consolidado da multa em R\$64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). Cujas cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 35, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Para tanto é necessário o seu comparecimento à Unidade da CFA, no endereço abaixo indicado, mediante agendamento prévio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento desta notificação, com o intuito da adoção de medidas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação e poderá ser protocolado em qualquer Unidade da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo ou nas Unidades da CFA. Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, o débito será inserido no Sistema da Dívida Ativa e serão adotados os procedimentos administrativos necessários ao ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98.

Auto de Infração Ambiental: 20180621005524-5

Proc. Digital: SMA.013369/2018-77

Autuado: VINICIUS CORREIA DA COSTA

CPF/CNPJ: 376.775.408-80

RG: 46734915

Município da infração: AMERICANA

Notificação: Informamos que a defesa interposta contra a decisão do Atendimento Ambiental foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. Diante disto, ficam mantidas as decisões constantes da Ata da Sessão do Atendimento Ambiental, perfazendo o valor consolidado da multa em R\$64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais). Cujas cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 37, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência

bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. Conforme disposto no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 6.938/81, caberá ao autuado adotar a obrigação de reparar o dano ambiental causado e também a responsabilidade por outras sanções relacionadas à infração cometida, caso existam, tais como embargo, demolição, suspensão das atividades, ou outra, que permanecem vigentes. Para tanto é necessário o seu comparecimento à Unidade da CFA, no endereço abaixo indicado, mediante agendamento prévio, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento desta notificação, com o intuito da adoção de medidas, para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação e poderá ser protocolado em qualquer Unidade da Polícia Ambiental do Estado de São Paulo ou nas Unidades da CFA. Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, o débito será inserido no Sistema da Dívida Ativa e serão adotados os procedimentos administrativos necessários ao ingresso de ação judicial objetivando a reparação do dano ambiental. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98.

Auto de Infração Ambiental: 20200103005453-1

Proc. Digital: SIMA.002053/2020-35

Autuado: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PROTETORES DA SERRA DO ITAPETINGA

CPF/CNPJ: 32.682.808/0001-92

RG: 0

Município da infração: NAO INFORMADO

Notificação: Comunicase que de acordo com as informações prestadas pelo agente da Fundação Floresta (IT PEITAP nº 11/2022), após vistoria técnica, o Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental número 0000018033, não foi cumprido integralmente, haja vista a necessidade de execução das seguintes medidas para a recuperação ambiental da área autuada: Medidas de manutenção das mudas plantadas (coroamento, controle de exóticas invasoras, controle de formigas, adubação e reposição das mudas mortas. Novo relatório fotográfico deverá ser apresentado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/> no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento desta notificação, comprovando a adoção de tais medidas. O relatório fotográfico deve conter: nome do autuado, número do Auto de Infração Ambiental (AIA) e número do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), endereço para correspondência com telefone do autuado e/ou do técnico que fez o relatório, croqui de acesso à propriedade com a indicação e a demarcação da área em recuperação, descrição das medidas de recuperação que foram executadas no período, fotografias da área em recuperação com legenda explicativa do que as fotos estão ilustrando, declaração de que as fotografias correspondem à área autuada e objeto da recuperação ambiental compromissada no TCRA. Salientase que o relatório fotográfico é instrumento para o acompanhamento do processo de recuperação da área autuada e caso o mesmo não seja apresentado no prazo determinado o referido TCRA poderá ser considerado como não cumprido. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20210527010547-1

Proc. Digital: SIMA.032521/2021-91

Autuado: ROBERTO LUIZ DE MIRANDA

CPF/CNPJ: 004.919.528-05

RG: 11891312

Município da infração: NAO INFORMADO

Notificação: Após análise do processo verificouse que não foram apresentados os relatórios de acompanhamento de acordo com o cronograma indicado no Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) número 0000047021, firmado em 27/08/2021. Diante do exposto, faz-se necessária a apresentação de relatório fotográfico no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento desta notificação, demonstrando a execução das medidas compromissadas. O relatório fotográfico deve conter: nome do autuado, número do Auto de Infração Ambiental (AIA) e número do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA), endereço para correspondência com telefone do autuado e/ou do técnico que fez o relatório, croqui de acesso à propriedade com a indicação e a demarcação da área em recuperação, descrição das medidas de recuperação que foram executadas no período, fotografias da área em recuperação com legenda explicativa do que as fotos estão ilustrando, declaração de que as fotografias correspondem à área autuada e objeto da recuperação ambiental compromissada no TCRA. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/>. Salientase que o relatório fotográfico é instrumento para o acompanhamento do processo de recuperação da área autuada e caso o mesmo não seja apresentado no prazo determinado o referido TCRA poderá ser considerado como não cumprido. Caso não haja manifestação dentro do prazo estabelecido serão adotados os procedimentos para cobrança de multa a ser aplicada em decorrência do descumprimento das obrigações pactuadas, conforme art. 36 do Decreto Estadual 64456/2019, e cobrança judicial da obrigação de fazer pela Procuradoria Geral do Estado. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.

Auto de Infração Ambiental: 20230625017312-5

Proc. Digital: SEMIL.043538/2023-43

Autuado: IVANILDO DE SOUSA PINTO

CPF/CNPJ: 161.709.168-50

RG: 25273005

Município da infração: NAO INFORMADO

Notificação: Comunicase que a defesa interposta contra a decisão administrativa foi analisada, deliberando-se pela manutenção do presente Auto de Infração Ambiental em todos os seus termos. O valor consolidado da multa é de R\$6.000,00 (seis mil reais). Cujas cópia da guia de recolhimento, encontra-se anexado à página 90, do processo digital mencionado acima, que pode ser impressa acessando o site e.ambiente.sp.gov.br e ser paga qualquer agência bancária até a data do seu vencimento, da data desta publicação. O prazo para interposição de recurso administrativo é de 20 (vinte) dias, contados a partir do recebimento desta notificação. O protocolo de documentos relacionados a processos digitais deve ser realizado através do Portal Auto de Infração Ambiental, cujo endereço eletrônico é: <http://sigam.ambiente.sp.gov.br/fiscalizacao/PortalAIA/>. Caso nenhuma das providências citadas acima seja adotada no prazo estabelecido, o débito será incluído no valor integral no sistema da dívida ativa, para cobrança judicial junto a Procuradoria Geral do Estado, conforme artigo 45 do Decreto Estadual 64456/2019. Esclarecemos que a motivação da presente decisão encontra-se nos autos do processo, podendo o interessado obter vistas junto a este órgão, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º da Lei Estadual nº 10.177/98. Nos casos de processos digitais, é possível efetuar vistas do processo acessando diretamente o sítio <https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/>.